

DISCUSSÃO

Isabel Faria - A nossa ideia inicial era trazer para esta mesa redonda algumas questões que admitimos não fazerem geralmente parte das questões mais comuns às pessoas que trabalham em linguística. Mas para nós estas questões constituíram um motivo de observação e análise e representam, também, um ponto de partida. Evidentemente que, ao pegarmos nesta questão teórica dos modelos mentais, sabíamos que iríamos mexer com algumas coisas muito assentes na cabeça da maioria das pessoas presentes, nomeadamente a questão relativa à importância das operações lógicas. Nós não estamos a negar a existência de operações lógicas. Estamos sim a admitir, de acordo com Johnson-Laird (1987) que não são, por exemplo, os conectores que definem a interpretação das frases. Não é pelo facto de eu ter um "porque" que tenho necessariamente uma interpretação causal, mas sim porque interpreto determinada relação com o causal que reconheço como adequado o conector "porque". Esta atitude liberta-nos, de certa maneira, de assumirmos os seres humanos como umas "máquinas lógicas" e permite que consigamos - e esta é a minha grande fezada - conciliar aquilo que sabemos do mundo, as nossas crenças ou convicções com o nosso saber linguístico. Os conhecimentos tácitos que temos do mundo, a nossa inserção social, os contextos e os significados preferenciais, tudo isso, contribui para a formação de convicções que podem conduzir a expressão de causalidade, a expressão de temporalidade, correspondendo a percursos ou orientações preferenciais de cada indivíduo que, no entanto, podem ser constantemente revistos. Essa revisão, evidentemente, é feita através de utensílios, de mecanismos lógicos. O que eles não estão é deterministicamente aplicados, por exemplo, a nível da

criatividade, que foi um aspecto que a Luísa focou logo no início. A criatividade não é nem pode ser inteiramente regulada pelas tais operações lógicas. Portanto, nós não podemos nem queremos negar a importância das operações lógicas. Queremos dizer é que, do ponto de vista do nosso quotidiano, nas relações de sentido que temos, fazemos concerteza uso de crenças que adquirimos pelo saber epistémico e de crenças que adquirimos por estarmos inseridos numa determinada comunidade que se rege por determinados princípios éticos e culturais. Em função disso, podemos tomar como obrigatório o que para outros não é obrigatório, podemos tomar como necessário o que para outros não é necessário, podemos tomar como certo aquilo que para outros é apenas plausível.

Anita Bento - Dentro do assunto, o conteúdo das premissas afecta os raciocínios - uma das alternativas seria colocar-se dentro de um problema. Poderia explicar melhor esta afirmativa?

Luísa Figueira - Em relação àquele problema dos cartões que tinham Porto Coimbra Carro e Combóio? Aí era mais fácil responder ou dar a resposta correcta porque a pessoa podia imaginar-se - é nesse sentido - imaginar-se na situação, imaginar os meios de transporte na medida em que, por exemplo, podia ser um modelo espacial. Suponhamos que a pessoa não era do Continente e nunca cá tinha vindo mas conhecia bem a geografia. Teria então uma espécie de mapa geográfico mental e, portanto, podia imaginar como e que os percursos serão feitos e aí responder correctamente.

Isabel Faria - Suponho que a ideia era: - em comparação com outro teste que só tinha uma vogal, uma consoante e dois números, um par e um ímpar, o facto de aqueles cartões terem um conteúdo explícito, ou seja, Porto que eu conheço, Coimbra que eu conheço, combóio que eu conheço e carro que eu conheço, ajuda-me a solucionar este problema através da escolha de dois cartões, fazendo menos erros do que quando estava a tentar resolver o problema com entidades que não tinham conteúdo para além daquilo que de facto representavam: uma vogal, uma consoante, um quatro e um sete. Ou seja, o que está a dizer-se é que o facto dos conteúdos estarem

associados às operações necessárias possibilita a ocorrência de menos erros do que quando o conteúdo está fora do universo conhecido e partilhado pela pessoa testada.

Anita Bento - O teste foi aplicado só a doentes?

Isabel Faria - Não, foi aplicado à população normal. Devo dizer que cerca de 90% dos erros são de sujeitos normais. Quase todos os normais erram nisto porque seguem a sua primeira intuição e que é: falou-me de vogal e de número ímpar. Ora vou ver o que é que se passa com estes dois. Quando de facto o problema é que se falou de vogais e se disse que por detrás de uma vogal tem de estar um número ímpar. Portanto o primeiro raciocínio "normal" é: deixa-me cá virar a vogal para ver se de facto está lá um número ímpar. E está! Como é que eu agora posso tirar isto a limpo? E as pessoas pensam: vou agora pegar num número ímpar e ver se está cá uma vogal. Ora isto é errado, porque não tinha sido dada nenhuma instrução que dissesse que um número ímpar não podia ter nenhuma consoante. Ou seja, o que se disse foi que as vogais tinham números ímpares mas não se disse que os números ímpares tinham necessariamente vogais. Portanto, a única forma de não errar é pegar num número par e ver se ele tem um vogal. Se tiver a regra é infirmada. O enunciado é falso.

John Parker - Não estou muito convencido dessa explicação. Mas eu queria saber em relação ao segundo dos cartões, com o Porto, Coimbra, etc., se o facto de dizer que se fôr uma pessoa de fóra do Continente, etc., etc., é só especulação ou se isso foi testado.

Luisa Figueira - Foi. O teste não era feito com Porto e Coimbra era com Shefied e Manchester. Não foi feito em Portugal e foi feito a pessoas que não tinham conhecimento concreto das localidades e produziam mais erros. Este teste é já de 1973.

John Parker - Penso que em relação aos modelos mentais, sobretudo o primeiro teste - das letras, das vogais e dos números - parecia-me que por um lado há aquela primeira intuição, digamos es-

sim, que as pessoas em 80%, não foi, fizeram e que eu também fiz. Mas se eu fosse treinado em lógica formal não teria feito porque o modelo incluiria o processo de falsificação.

Luisa Figueira - Esse conhecimento está também no mundo da lógica - eu também disse isso.

John Parker - De maneira que há outros factores que de facto têm de ser incluídos nos modelos mentais como a questão da experiência.

Isabel Faria - Exacto. É aquilo que a gente chamou aqui de crenças epistémicas, ou seja, o saber adquirido, seja explicitamente por via do saber, seja tacitamente por via das regras que regulam as coisas do ponto de vista ético. Sei lá: a minha ideia de que aquela afirmativa que se segue à pergunta no fragmento B, "a igreja tem padre ou não tem padre" e a criança dizer "tem que ter padre", quanto a mim explicita bem o tipo de modalidade com que ela pode contar para o futuro. Quer dizer, qualquer ocorrência futura que incluísse algo como "as igrejas não têm padres" teria que envolver certamente uma revisão do modelo mental anterior.

John Parker - Isso interessa-me até certo ponto na exploração, através da linguística textual de texto poético, entra todo esse lado do que eu chamo o problema das traduções. Para tentar evitar usar a mesma palavra que tem outras significações, em princípio, e que depende, portanto, da experiência, do conhecimento das pessoas. Uma pessoa que lê um texto poético e que não tem conhecimento nenhum, por exemplo, do movimento poético difere de outra pessoa que tem esse conhecimento. Há certos aspectos que vão fazer tirar inferências, ou eventualmente não tirar, enquanto que a pessoa que tem esse tipo de conhecimento mais formal, como é o caso do conhecimento da lógica formal, retira outras inferências.

Isabel Faria - Se o John Parker me der licença, também acho que isso acontece com o próprio discurso. Talvez tenha aqui até alguns exemplos. Veja esta transcrição de um fragmento de uma

carta de uma doente esquizofrénica paranoide: "(...) resta-me negar (poder) acompanhar Marido a usar uns dias de Verão, fora. E, assim, obrigar-me (obrigar-me-ei), porque físico, não sobrevive, com o uso ódio desse Sr. (...)

P. S. Sou muito fiel a tudo.

Talvez nem qualquer terapeuta possa compreender isso. Quanto a eu me obrigar (por questão sobreviver fisicamente) me obrigar, a pedir que Dr. ... se informe, e ter de abdicar acompanhar Marido, fazer uns dias de Verão, fora de casa, ficou-me rigorosamente esse cumprimento, já que esgotei os esforços possíveis.

Obrigadíssimo

(assinatura)"

O contacto com este tipo de textos leva-me a pensar que eles são quase tão herméticos como alguns textos poéticos. O que é que eu intuitivamente faço para tentar ler e compreender? Repare-se que, à partida, também não posso dizer que não percebo nada deste texto. O que faço intuitivamente é "reescrever" o texto. Sublinhas as coisas que introduzi por ".....", parentisadas as expressões que me criaram opacidade de compreensão, interpreto o texto. Ou seja, preencho espaços em branco e retiro o que me parece redundante. O que tenho não é pois o texto é a forma necessária à minha interpretação.

"..... resta-me negar pode acompanhar o meu marido a (usar) passar uns dias de verão fora. E vou assim obrigar-me, obrigar-me-ei porque o físico não sobrevive com o (uso) ódio desse Sr.

Quanto a eu me obrigar, por questão de sobreviver fisicamente, me obrigar ao ponto de pedir que o Dr... se informe e ter de abdicar de acompanhar o meu marido a fazer) passar uns dias de Verão fora de casa, fico a cumprir rigorosamente (ficou-me rigorosamente esse cumprimento), já que esgotei (os esforços) as forças possíveis."

É de sublinhar que admito que neste caso como noutros outras pessoas fizessem outras substituições. Suspeito que as divergências apareceriam mais em função das crenças ou convicções contidas nos respectivos modelos mentais do que derivariam de diferenças do saber linguístico das várias pessoas. Penso que das substituições que eu faço a mais tendenciosa é: "ficou-me rigorosamente esse cumprimento" por "fico a cumprir rigorosamente". Nos textos de esquizofrénicos existem muitas vezes condensações nominais que possibilitam a substituição do verbo e, fundamentalmente, a retirada da pessoa do verbo. Ou seja: "o cumprimento" em vez de "eu cumpro"; "o abraçamento" em vez de "eu abraço". Ou seja, a substituição da relação sujeito-acção por um nome. O que fiz foi seguir a relação inversa, isto é, reconstituir a relação sujeito-acção a partir do nome.

Coltilde Almeida - Penso que aqui se notou efectivamente a mesma coisa que no meu corpus. É o tal diálogo entre o ser ou não, a tal relação entre o estar e o não estar, de maneira que o sujeito nunca se assume como agente. Notou-se o mesmo em relação a estruturas com o verbo ser ou padrões com o verbo ser e padrões com o verbo estar. O sujeito no fundo encontra-se estático, a mente observa o que o corpo faz. Por um lado mente e por outro lado corpo. No fundo "é o meu corpo que quer, não sou eu. Eu observo o que ele faz. No fundo sou o paciente do que o meu corpo faz".

António Fontes - Chamo-me António Fontes e sou médico do Hospital Júlio de Matos. A questão que ponho é mais ligada aos aspectos da psiquiatria. Os apportes que a linguística pode dar à psiquiatria de forma a identificar melhor os quadros incipientes nomeadamente na esquizofrenia, que são dados testados já, ou a linguística servirá para criar novos meios auxiliares de diagnóstico?

Luísa Figueira - Bom, se servir alguma coisa para a psiquiatria penso que poderá servir para as duas coisas simultaneamente. Se de facto estas hipóteses tiverem valor heurístico no sentido preditivo e se se puder encontrar na linguagem das pessoas, previamente a adoecerem com esquizofrenia e alguns fenómenos desta natu-

reza, então também serve simultaneamente para diagnóstico. Nós aqui estamos a usar a esquizofrenia não como doença mas, digamos, como modelo patológico. É portanto a ampliação eventualmente de fenómenos que também aparecem no falante normal em circunstâncias limite. Estamos a usar a esquizofrenia como paradigma e não estamos a centrar no aspecto psiquiátrico e tentámos evitar o lado da psicologia e centrarmo-nos na questão da doença. Estamos mais na linha da ciência cognitiva. Mas é evidente que temos essa preocupação e já temos até falado muito sobre isso.

António Fontes - Levantei esta questão porque de certa forma a impressão que eu tenho é que a semiologia psiquiátrica a nível da linguagem é nula e de certa forma e mal comparado a linguística podia trazer o que o estetoscópio trouxe para a doença pulmonar. Afinal funciona como um mero auxiliar de diagnóstico mas permitiu ver muito mais em pormenor o que estaria por detrás da doença. A minha posição em relação à linguística é muito mais no sentido de trazer uma semiologia à psiquiatria porque vejo, digamos, mais do que propriamente meios auxiliares de diagnóstico.

Isabel Faria - Temos tido algumas dificuldades. Eu, por exemplo, neste trabalho, com a Luisa, tenha estado a ler pela primeira vez coisas de psiquiatria e psicologia que, do ponto de vista linguístico, para mim, estão muito mal caracterizados. Por exemplo, o que é para mim estranho é que os psiquiatras interiorizam, de certa maneira, esses termos com referenciais muito específicos. Para mim não é óbvio, do ponto de vista linguístico, o que é uma "salada de palavras", por exemplo, enquanto que para um psiquiatra é óbvio. E fazem diagnóstico com base por exemplo em conceitos como "salada de palavras" que eu, linguisticamente, não sei caracterizar. Acho que enquanto não houver, de facto, uma particularização, uma análise e uma partilha das formas de classificar linguisticamente aquilo que pode estar na base do diagnóstico, não parece que se possa avançar muito. Quero dizer, diagnóstico neste sentido: podermos dar instruções precisas do tipo - "procure as formas de auto-referência utilizadas, veja como é que elas se distribuem em relação e que tipos de acções; observe as estratégias de posiciona-

mento do sujeito, quando é que ele se retira, em que áreas é que ele se retira." Bom, aí começamos a construir mais coisas. (Neste sentido tem sido fascinante). É interessante observar na relação com o discurso esquizofrénico que aparecem produções verbais que estão muito próximas de produções verbais de falantes normais ou, ainda, contendo construções utilizadas por falantes normais em situações contextuais que, por assim dizer, criam problemas à referência do próprio - situações de desconhecimento dos valores em referência, por exemplo - como também encontramos fenómenos muito semelhantes aos realizados por falantes que estão a aprender uma segunda língua e que, do ponto de vista da realização, apresentam erros muito semelhantes a certas realizações dos esquizofrénicos paranoides. Refiro-me à utilização, por exemplo, de uma palavra recentemente adquirida numa segunda língua correspondente a um fenómeno mais complexo de composição semântica que apresenta reflexos dessa composição após a ocorrência dessa palavra. O mesmo fenómeno de composição está presente, em sentido inverso, em situações de procura de noemacção "adequada". Veja-se, por exemplo, o seguinte fragmento do discurso oral de uma esquizofrénica paranoide:

"Ela

ela quer dizer

ela destruiu um rigor que eu tinha de talvez

entendimento de espírito

entendimento de espíritos

espíritos vidas

espírito na vida

evolução espírito

evolução em entendimento de

espírito pode ser assim talvez

evolução de entendimento a espírito de estarmos

sermos

armos"

Elisabeth Ranchod - Há uma coisa que eu talvez não tivesse entendido. Além deste aspecto da substituição do sujeito e verbo por uma nominalização desse verbo, há outros aspectos de substituição sintática e lexical também regulares?

Isabel Faria - Temos trabalhado nisso. Por exemplo, a questão da relação entre processos de sintetização e modo pragmático do tipo "Eu não sou religioso, não frequento nenhuma religião". À primeira vista, parece uma sequência causal do tipo "Eu não sou religioso porque não frequento nenhuma religião". Mas, de facto, não é. É uma especificação estratégica com mudança de força agencial do sujeito pela mudança do verbo ser por frequentar. Por outro lado, há também processos residuais de pronomes de modo sintático. E pronomes anafóricos que a pessoa que ouve pode tomar à primeira leitura como co-referente, do tipo "eu não sei explicar os seus efeitos desta cápsula" ou "ajo no meu papel que me cabe". Ainda um outro processo que é de lexicalização, de condensação morfológica, do tipo "o fim do acabamento dos papéis" que aparece em vez de "até eu acabar os papéis". Finalmente, um quarto processo que tem que ver com posicionamento estratégico de objecto, pela utilização de estruturas causais, do tipo "causa-me receio de eu ficar inutilizado" em vez de "eu receio ficar inutilizado". Aliás este processo de inclusão do sujeito como objecto é patente neste exemplo: "todos estamos na sala e na sala estamos cinco e comigo somos seis." À medida que vamos deparando com este tipo de fenómenos e avançando na sua caracterização parece-nos estarem todos inter-relacionados, a partir de fenómenos concretos que envolvem as funções semânticas seleccionadas para agente decorrentes da selecção dos verbos, ou da disponibilidade lexical do falante. Apesar de se produzirem explicitamente no plano sintáctico, estas estratégias têm uma relação entre si. Provavelmente partirão de uma estratégia cognitiva única uma espécie de macro-estratégia de **despromoção do sujeito enquanto agente**. Num livro recentemente publicado sobre o discurso do esquizofrénico (*) um sujeito ao ser gravado declarava "É um gravador

(*) - Resenbaum, B. e Sonne, H. (1986) *The language of Psychosis*, N. Y., New York University Press.

que está a falar". Provavelmente até à identificação do objecto que substitui o sujeito, o discurso do esquizofrénico paranoide não é gramaticalmente estável. No outro dia estávamos a observar um vídeo de uma entrevista com um esquizofrénico crónico que parecia ter adquirido todas as estratégias para a sua "gramaticalidade". O sujeito dizia ter um rádio escuta na barriga que emitia ondas e recebia mensagens. Ele explicava várias coisas ocorridas, delírios, através da existência desse rádio escuta. A identificação do rádio escuta que ele "tinha na barriga" era o sujeito das acções de que ele era objecto. É interessante notar que as crianças têm, às vezes, coisas semelhantes a estas, sobretudo até aos sete anos.

Luisa Figueira - Isso é uma questão controversa. Portanto também não podemos de facto pôr problemas que tenham que ver com terapias.

Elisabeth Ranchod - Mesmo o nível do discurso é um bocado complicado. Porque por um lado apaga o sujeito e agente substituindo o sujeito por uma nominalização mas por outro verifiquei que usavam imenso pronomes na primeira pessoa. Meu, minha, e ainda com dedobre. Mesmo a justificação dos referentes: "os seus dele", por um lado há um certo apagamento no discurso, é deixar o discurso numa certa ambiguidade, mas por outro é também a tendência oposta que é descodificar os referentes.

Isabel Faria - O aparecimento das formas de primeira pessoa é superior nos esquizofrénicos do que nos normais, em termos geral do corpus. As frequências destas formas utilizadas pelos esquizofrénicos representavam quase o dobro das primeiras pessoas do singular e metade das primeiras pessoas do plural utilizado pela população normal. Este redobro do "EU" (incluindo as formas objecto me, mim, comigo, e os possessivos minha, meu, etc.) aparecem de facto como indiciador de um segundo eu "de quem eu falo". Por outro lado a redução a metade da utilização do nós parece trazer evidência sobre a redução das formas de socialização. Temos assim os falantes normais do português utilizando em primeiro lugar, como forma de auto-referência, a desinência verbal de primeira pessoa do

singular, seguida, em segundo lugar, dos pronomes (sujeito e objecto) também da primeira pessoa do singular. A população esquizofrénica paranoide estabelece, em função do uso, a relação inversa e, coloca, em terceiro lugar, não as formas da primeira pessoa do plural mas sim as formas do infinitivo e gerúndio, que, podemos constatar, permitem uma passagem mais directa de um verbo a nome, ou seja, da utilização de nominalização como estratégia de auto-referência, a acção que "fala" pelo sujeito.

Clotilde Almeida - Estou convencida que o "eu" está associado a estrutura estativas e que as acções estão no infinitivo como uma hipótese remota do sujeito agir. Foi o que se verificou pelo menos no estudo do caso que apresentei. Os "eu" dominam associados a determinado tipo de verbos "eu sou" "eu tenho" tudo estruturas estáticas. Ao passo que os infinitivos e os gerúndios se apresentam predominantemente em verbos de acção.